

Hora de arregaçar as mangas

LUIS EULALIO DE BUENO
VIDIGAL FILHO

As recentes medidas do governo no sentido de implementar uma Operação Desmonte para cortar Cr\$ 700 bilhões do Orçamento, pouco mais de 1% do Produto Interno Bruto, nos permitem concluir que, após longo período de indefinições, finalmente o organismo governamental reorienta-se em torno do objetivo primordial, que consiste em controlar, de maneira ponderada, as finanças públicas. Se essa decisão tivesse sido tomada logo no início da atual gestão, possivelmente hoje não estivéssemos atravessando momentos tão críticos e ameaçadores, resultantes de uma política que corrói a confiança dos brasileiros.

É louvável trabalhar com o objetivo de atingir a meta de 2% do PIB por meio de cortes no déficit público. Mas o governo não pode, por outro lado, desestruturar certos setores da economia, vitais para o crescimento do País. Nossa receio é de que o governo não resista, mais uma vez, às pressões de natureza política, que afloram, acentuadamente, em anos essencialmente políticos, e termine por beneficiar projetos e programas

que redundem apenas em dividendos eleitorais imediatistas.

O desafio que se apresenta para o governo é o de viabilizar os programas fundamentais para o crescimento do País, sem comprometer o orçamento. Tem sido difícil para o governo realizar tal façanha, em face dos compromissos assumidos para com o setor político, em um momento de transição, regado a incertezas. Mas, com a Carta Magna promulgada, os princípios do Estado definidos, as regras do jogo assentadas, será possível chegar-se a um receituário que viabilize a retomada de confiança.

Para que isso seja possível, é necessário que demos por esgotada a estratégia de "crescimento com endividamento externo e interno", que tem caracterizado o desenvolvimento nacional e que, em consequência, projetou entre nós a figura do Estado-empresário.

Com recursos tomados de empréstimos externos e da poupança interna, o Estado brasileiro se, de alguma forma, fez expandir de maneira vigorosa os vetores da economia, gerou, por outro lado, ciclos de estagnação e aceleração inflacionária. Em determinados momentos,

tais ciclos têm comprometido os resultados conseguidos pelas estratégias de crescimento, ameaçando desestabilizar as instituições sociais e políticas. Como corolário dessa situação, deparamo-nos com um Estado falido, guiando uma máquina gigantesca, amorfia, exibindo um monumental déficit, competindo com a iniciativa privada e desequilibrando, enfim, o conjunto econômico.

Concluída à etapa do endividamento, resta ao País consolidar sua configuração político-institucional, fase que agora se inicia com a construção da legislação ordinária. Como está bem caracterizado, a concepção da ordem social e econômica esboçada na nova Constituição infelizmente não acompanha as tendências contemporâneas de internacionalização das economias. Esse fato, mais adiante, nos trará grandes dores de cabeça. As posições retrógradas assumidas por alguns de nossos constituintes só encontram justificativa na visão arcaica que imagina ser possível a um país se desenvolver sozinho, isolado dos outros.

A essa altura, a Constituição está pronta. Resta a esperança de que a legislação ordinária possa ser formulada com o foco voltado para a

realidade, a fim de que não se possa comprometer o esforço de crescimento. Temos o dever de procurar medidas razoáveis que impeçam o desastre e o caos. A hora é de união e conjugação de esforços. Chegou o momento de arregaçar as mangas para evitar o pior. Temos de conviver com uma Constituição que, possivelmente, não resistirá ao ano de 1993, prazo em que será rediscutida e avaliada. Até lá, todo empenho deve ser empregado para a conquista de um equilíbrio social.

Ao empresariado, nesse sentido, cabe uma imensa parcela de responsabilidade: trabalhar com pertinácia para evitar o desânimo; integrar-se ao esforço de defesa dos princípios que garantam o equilíbrio de uma economia aberta; apresentar-se de maneira mais coesa perante a sociedade; conscientizar-se da importância histórica do atual momento e de seus efeitos junto ao universo produtivo e, mais que tudo, não perder as esperanças. A grandeza do nosso País está acima das turbulências que, de maneira cíclica, têm obscurecido nossos horizontes.

Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho é o 1º vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria e vice-presidente da Cobrasma.